



## CRÍTICA LITERÁRIA: DA DISCIPLINA AO DESCONTROLE

Rachel Esteves Lima\*

**Resumo:** O trabalho tem como objetivo analisar as transformações por que tem passado a crítica literária na contemporaneidade, tomando como ponto de partida as categorias de *sociedade disciplinar* e *sociedade de controle*, estabelecidas por Michel Foucault e Gilles Deleuze. Considerando que estaríamos vivendo, na atualidade, um momento de transição entre os dois modos de organização e gestão social, busca-se refletir sobre os novos circuitos de produção e circulação da crítica literária, evidenciando em que medida eles podem ativar uma *biopotência* capaz de promover uma fuga ao controle exercido pelos discursos interessados em manter o caráter elitizado e hierarquizante desse campo de produção cultural.

**Palavras-chave:** Crítica literária, metacrítica, trabalho imaterial.

No texto intitulado “*Post-scriptum* sobre as sociedades de controle”, escrito em 1990, Gilles Deleuze oferece-nos um suplemento à teoria desenvolvida por Michel Foucault acerca dos modos de formação e organização das sociedades, segundo os diferentes dispositivos de dominação que as caracterizam. O filósofo destaca o fato de que, embora o autor de *As palavras e as coisas* tenha se dedicado predominantemente ao estudo dos processos de disciplinarização dos indivíduos, ele se mostraria consciente de que o modelo por eles gerado se encontrava em crise, anunciando-se a passagem da sociedade disciplinar à sociedade de controle. A partir da Segunda Guerra Mundial, os espaços de confinamento – a família, a escola, a fábrica, o hospital, etc. – nos quais se produzia e se moldava o indivíduo moderno, passam por transformações que, para atender à volatilidade, flutuação e dispersão próprias do capitalismo em sua fase tardia, buscam produzir subjetividades moduladas segundo as necessidades de adaptação a um mercado incessantemente desestabilizado pelas inovações tecnológicas e comunicacionais. Assim, se na sociedade da disciplina a formação do indivíduo se caracterizaria por uma continuidade organizada em espaços fechados, construídos de forma similar, na sociedade do controle o processo de formação nunca teria como se concluir. Nesse sentido, afirma Deleuze:

---

\* Universidade Federal da Bahia/CNPq (rachellima@uol.com.br)

Nas sociedades de disciplina não se parava de recomeçar (da escola à caserna, da caserna à fábrica), enquanto nas sociedades de controle nunca se termina nada, a empresa, a formação, o serviço sendo os estados metaestáveis e coexistentes de uma mesma modulação, como que de um deformador universal. (DELEUZE, 1992, p. 221-222)

Nesse contexto, a urgência das reformas das instituições disciplinares, proclamada na atualidade, visaria apenas à gestão da crise, numa inócua tentativa de salvá-las da inevitável condenação a que elas estariam sujeitas num futuro mais ou menos próximo. Curiosamente, embora Deleuze reconheça que se trata de uma “implantação progressiva e dispersa de um novo regime de dominação” (DELEUZE, 1992, p. 225), não se encontra em seu texto uma hierarquia entre os dois modos de organização da sociedade, segundo o grau de tolerância e de rigidez de cada um deles, nem tampouco um nostálgico desejo de retorno a formas de produção de subjetividades pré-modernas. Antes, o que se evidencia é uma clara percepção da parte do autor de que é em cada um desses regimes “que se enfrentam as liberações e as sujeições” (DELEUZE, 1992, p. 220), cabendo-nos apenas a criação de diferentes armas para resistir aos novos dispositivos de dominação. No que se refere ao campo que nos interessa de perto, o educacional, as transformações citadas no texto apontam para uma aproximação à lógica do mercado, com a adoção de medidas que visam implantar “as formas de controle contínuo, a avaliação contínua, e a ação da formação permanente sobre a escola, o abandono correspondente de qualquer pesquisa na universidade, a introdução da ‘empresa’ em todos os níveis de escolaridade” (DELEUZE, 1992, p. 225). Se é fato que a pressão pela adoção de tais medidas se faz sentir com mais intensidade no mundo “desenvolvido”, isso não nos impede de perceber que também nos países periféricos as tentativas de reforma do sistema educacional incorporam muito desse ideário, sob o argumento de que só com a sua implementação se poderia garantir a inserção desses países no denominado capitalismo cognitivo, atualmente em vigor. Isso se se quiser evitar que o chamado Terceiro Mundo continue apenas sendo exportador de mão-de-obra desqualificada e de produtos primários e semi-manufaturados, ora desvalorizados frente às atividades do setor terciário, que, na divisão social do trabalho, estariam reservadas às economias hegemônicas.

A questão que nos interessa discutir aqui consiste em como construir alternativas que, no interregno entre a sociedade disciplinar e a de controle, contribuam para

oferecer resistência ao processo de dominação que, com o desenvolvimento tecnológico, exclui do mundo da produção de mercadorias, um enorme contingente de pessoas, agora consideradas descartáveis pelo capitalismo globalizado. E, mais especificamente, como articular a atividade da crítica literária a essas estratégias de resistência, uma vez que também lhe cabe participar do processo de construção social do valor dos bens culturais, considerados como mercadorias altamente lucrativas, no mundo pós-moderno.

A subsunção de todas as esferas da vida ao capital, no momento em que a própria cultura é produzida no regime industrial, tem sido abordada por vários pensadores, a partir de ângulos diversos. A nomes como os de Jean François Lyotard, Fredric Jameson, Jürgen Habermas, David Harvey, etc., vêm se juntar os de alguns representantes da nova geração de intelectuais, hoje empenhados em refletir sobre as consequências e as alternativas abertas para os movimentos populares pela reconfiguração do mercado de trabalho, diante da hegemonia da produção imaterial. Dentre eles, destacam-se André Gorz, Paolo Virno, Maurizio Lazzarato e os mais conhecidos em nosso meio, Antonio Negri e Michael Hardt, autores dos livros *Império* e *Multidão*. Como ponto comum ao pensamento de todos esses autores, encontra-se a constatação de que vem ocorrendo uma alteração no processo de acumulação do capital, que deixa de se basear na reprodução e na repetição características do regime fordista, passando a priorizar os conhecimentos, as informações e as interações sociais como principal força produtiva, uma vez que é através deles que se geram as inovações, hoje consideradas como os principais fatores de valorização. Com o desenvolvimento das novas tecnologias de informação e comunicação, proliferam as redes que possibilitam a circulação e a recodificação dos conhecimentos pelos usuários, gestando-se um circuito em que o consumo se torna efetivamente produtivo. Assim, teríamos hoje, como tendência, a expansão do que Marx conceituou como *General Intellect*, “uma capacidade científica objetivada no sistema das máquinas, e, portanto, como capital fixo” (VIRNO, 1993). Mas, na sociedade pós-fordista, segundo Paolo Virno,

jogam um papel decisivo constelações conceituais e esquemas de pensamento que nunca podem reduzir-se a um capital fixo, por serem, desde o início, inseparáveis da interação de uma pluralidade de sujeitos vivos”. Aqui não se trata, evidentemente, da erudição científica do simples trabalhador. O que vem em primeiro plano, adquirindo o status de recurso público, são tão só (e este “tão só” é tudo) as atitudes mais gerais do espírito: faculdade de linguagem, disposição à aprendizagem, capacidade de abstração e de conexão, acesso à

auto-reflexão. Pela expressão *general intellect* há que entender literalmente, intelecto generalizado. (VIRNO, 1993)

A produção do trabalho imaterial depende, pois, do desenvolvimento das competências comunicativas, dos processos de colaboração e de participação coletiva, solapando-se, dessa forma, não apenas a noção de obra individual, mas também a separação entre o público e o privado, o tempo de trabalho e o tempo da vida. Assim, nos encontraríamos, pois, em vias de nos submetermos ao domínio da sociedade de controle, tal como definida por Foucault e Deleuze, fazendo-se necessário imaginar novos cenários de intervenção e luta que fujam à pretensão de atualizar o regime disciplinar, como ocorre com certo discurso intelectual que insiste na afirmação da identidade e da especificidade do seu objeto de estudo. E aqui, um recuo ao passado recente talvez possa nos ajudar a compreender as possibilidades que se abrem hoje ao exercício da crítica.

Considerada como uma especialidade dotada de autonomia e pautada na validade universal de seu objeto, a crítica literária viveu seu período áureo entre as décadas de 1930 a 1970, quando se construiu um instrumental analítico com o qual se pretendia garantir o caráter científico dessa atividade. A apropriação dos princípios metodológicos e das terminologias propostas por correntes teóricas como o formalismo russo, o *new criticism* e o estruturalismo, contribuíram para validar a implantação das disciplinas responsáveis pelo estudo da literatura, passando a crítica a ser considerada uma atividade que fugia ao campo do amadorismo, uma vez que seu exercício exigia a aquisição de um saber específico, transmitido através da formação universitária. Voltada para a análise dos aspectos intrínsecos ao texto e para a busca da definição dos critérios que fundamentariam o juízo acerca da literariedade das obras, a crítica, nesse momento, acreditava-se objetiva e imparcial, distanciando-se do espaço dos jornais e, por extensão, da vida social, uma vez que apenas os leitores especializados conseguiam acompanhar os seus intrincados e rigorosos esquemas analíticos. Mimetizando os procedimentos das ciências exatas, a crítica se limitava à imanência dos textos, que eram decompostos nas suas várias instâncias, buscando-se construir uma taxonomia das formas literárias, visando à edificação de um campo de especialização denominado como narratologia, que se pautava pela pesquisa dos aspectos invariantes dos gêneros textuais, em busca de sua estrutura universal. A pretensão ao estatuto de ciência que acompanhava a crítica, nesse momento, atingiu também a forma de exposição dos

trabalhos, de caráter monográficos. O privilégio do gênero escolhido para a construção das análises, o tratado, conduzia a uma verticalidade da forma de veiculação do saber produzido, evidenciando a lógica subordinativa aí predominante, uma lógica que excluía de seu campo de análise qualquer laivo de subjetividade, assim como o contexto de produção e de recepção das obras estudadas.

Evidentemente, em tal regime de especialização o poder do crítico se mostrava garantido, na medida em que só ele seria detentor de um saber “desinteressado”, capaz de legitimar o processo de seleção das obras dignas de entrarem no cânone literário. O caráter judicativo dessa atividade contemplaria, dessa forma, as interpretações de determinada elite intelectual, que operava uma hierarquização entre o saber letrado e os saberes leigos, populares, com base em critérios de qualidade que se pretendiam universais. Tal situação, no entanto, não demoraria a se alterar, em função da emergência de forças que se oporiam fortemente a esse privilégio do crítico. Dentre elas, interessa-nos destacar a entrada maciça, a partir dos anos 1960, de um vasto contingente de alunos provenientes das classes populares na universidade, a concorrência da literatura com outros bens simbólicos, produzidos sob a forma industrial e amplamente veiculados pelos meios de comunicação de massa, assim como a prática desconstrutora levada a cabo pelos próprios intelectuais, que acabaram por contribuir para o que Lyotard chamaria de “erosão interna do princípio de legitimidade do saber” (LYOTARD, 1989, p. 82). Se os dois primeiros fatores confluem para intensificar o processo de hibridização entre a cultura erudita, a popular e a de massas, que já vinha sendo experimentado pelas correntes modernistas desde o início do século XX, no que se refere ao questionamento do intelectual enquanto detentor de um capital simbólico que lhe conferiria o poder de legislar sobre o que deve ou não ser canonizado, esse decorre de um processo no qual se dá a “insurreição dos saberes sujeitados” (FOUCAULT, 1988, p. 11), que acabou por gerar a afirmação do “caráter local da crítica” (FOUCAULT, 1988, p.10). Nesse processo, destaca-se o trabalho desenvolvido pelos teóricos do pós-estruturalismo, que vão atualizar a proposta nietzschiana de se promover uma leitura genealógica do passado. Sobre essa prática, sustenta Michel Foucault:

A genealogia seria, pois, relativamente ao projeto de uma inserção dos saberes na hierarquia do poder próprio da ciência, uma espécie de empreendimento para dessujeitar os saberes históricos e torná-los livres, isto é,

capazes de oposição e de luta contra a coerção de um discurso teórico unitário, formal e científico. (FOUCAULT, 1988, p. 15)

Longe de se caracterizar por um “ecletismo frouxo” ou mesmo por uma “magreza teórica”, a genealogia consiste, pois, no “acoplamento entre os saberes sepultados da erudição e os saberes desqualificados pela hierarquia dos conhecimentos e das ciências” (FOUCAULT, 1988, p. 12). A genealogia torna instáveis as fronteiras entre os discursos histórico, antropológico, filosófico, literário, etc., e busca desconstruir a dicotomia estabelecida entre sujeito e objeto de conhecimento, assim como as continuidades, as invariâncias, próprias ao discurso científico vigente no paradigma disciplinar. Importa-lhe evidenciar as diferenças, as descontinuidades, trazendo à luz o que ficou recalcado em nome da unidade e da identidade lógico-conceitual.

Reagindo contra os constrangimentos implicados na adoção dos métodos de formalização da ciência moderna, a crítica literária abre-se, então, a um processo de experimentação que desrespeita também as fronteiras territoriais, assim como as de gêneros do discurso. Se a dialética entre o particular e o universal se vê desmontada, a narrativa da crítica pode se desprender do caráter pedagógico que buscava edificar a noção de cultura nacional, a partir da incorporação de modelos de pensamento eurocêntricos. E, se a ênfase passa a ser colocada sobre a leitura comparada de obras produzidas em nações cujos processos de modernização ocorreram de formas díspares, agora isso não mais ocorre buscando-se acentuar o regime de débitos e créditos definido em função da idéia de original, mas, sim, a apropriação particular, diferencial e seletiva de elementos da cultura alheia. Da mesma forma, o gênero preferencialmente adotado para a exposição dos trabalhos da crítica – o ensaio – também se caracteriza pelo hibridismo. Situado num espaço limítrofe entre a ciência e a arte, o ensaio rompe com a pretendida objetividade do tratado, incorporando artifícios retóricos próprios ao discurso literário e assumindo o caráter parcial das interpretações. Essas passam a ser produzidas através da experimentação de inusitadas articulações teóricas, agora apresentadas segundo uma lógica coordenativa, evidenciando-se a dispersão e o inacabamento que caracterizam o trabalho do crítico da cultura numa sociedade pós-moderna. Ocorre também uma ampliação dos focos de interesse da crítica literária, que incorpora ao seu discurso a análise de toda e qualquer prática significativa, a partir da noção barthesiana de texto (Cf. BARTHES, p. 81). As relações entre os diversos sistemas semióticos, que, num certo sentido, já vinham sendo estabelecidas

anteriormente, passam a ser objeto de um grande volume de trabalhos produzidos na universidade, mas agora sem a perspectiva hierarquizante que, normalmente, acompanhava a leitura de obras veiculadas pelos meios de comunicação de massa.

A expansão do campo cultural teria, assim, como correlato, a destabilização da função judicativa do crítico, o que acabaria por promover uma série de intervenções de parte da intelectualidade, que atribui a crise pela qual a crítica estaria passando ao relativismo que seria responsável por um processo de “igualamento” de todos os bens culturais, impossibilitando o exercício da função a que ela se destina. É a tal postura que se deve reagir, pois nela está implícita não apenas uma visão desistoricizada do conceito de “crítica” e de “arte”, mas também a defesa de um retorno ao regime da identidade disciplinar, que, como vimos, pressupõe a manutenção do poder de uma elite para, de forma nada democrática, impor os seus valores como universais. Discorrendo sobre tal situação, no ensaio “Para dar um fim ao juízo”, afirma Deleuze:

O que nos incomodava era que, renunciando ao juízo, tínhamos a impressão de nos privarmos de qualquer meio para estabelecer diferenças entre existentes, entre modos de existência, como se a partir daí tudo se equivalesse. Mas não é antes o juízo que supõe critérios preexistentes (valores superiores), e preexistentes desde sempre (no infinito do tempo), de tal maneira que não consegue apreender o que há de novo num existente, nem sequer pressentir a criação de um modo de existência? Um tal modo se cria vitalmente, através do combate, na insônia do sono, não sem certa crueldade contra si mesmo: nada de tudo isso resulta do juízo. O juízo impede a chegada de qualquer novo modo de existência. Pois este se cria por suas próprias forças, isto é, pelas forças que sabe captar, e vale por si mesmo, na medida em que faz existir a nova combinação. Talvez esteja aí o segredo: fazer existir, não julgar. Se julgar é tão repugnante, não é porque tudo se equivale, mas ao contrário porque tudo o que vale só pode fazer-se e distinguir-se desafiando o juízo. Qual juízo de perito, em arte, poderia incidir sobre a obra futura? Não temos por que julgar os demais existentes, mas sentir se eles nos convêm ou desconvêm, isto é, se nos trazem forças ou então nos remetem às misérias da guerra, às pobreza do sonho, aos rigores da organização.” (DELEUZE, 1997, p. 153)

A aludida crise da crítica diria respeito muito mais a uma certa perda de consenso entre os participantes do campo literário, que, com o aumento dos cursos de graduação e de pós-graduação em Letras, cuja duração buscaria cada vez mais atender às propostas reformistas já especificadas quando tratamos das características da sociedade do controle, estaria sendo “invadido” por um vasto contingente de jovens interessados em também expor sua produção, não mais alinhada aos rigores da erudição cultivada com a formação de caráter humanista, antes oferecida. Não obstante, é justamente o advento dessa intelectualidade de massa que viria garantir a geração de um mercado de bens simbólicos. Proliferam hoje, no País, as revistas culturais, algumas direcionadas especificamente ao público consumidor de literatura. Da mesma forma, as antologias reunindo novos autores viveram a partir do final da década de 1990 um verdadeiro *boom*. Novos espaços de visibilidade para a produção literária também têm sido criados, como as feiras de livros, que têm na FLIP o seu exemplo de maior sucesso, e multiplicam-se os prêmios conferidos anualmente aos autores que mais tenham se destacado, além das campanhas em prol da leitura, que passa a receber a atenção dos órgãos públicos e das instituições educacionais. Paradoxalmente, o crescimento desse mercado não impediria o processo de “demissão da crítica” do espaço dos jornais, amplamente discutido por vários intelectuais nos últimos anos. A “crise do rodapé” seria, para alguns deles, produzida não apenas em decorrência de problemas financeiros vivenciados pelos principais periódicos nacionais, mas também pela espetacularização do mundo das letras, que viria transformando o crítico literário em um simples resenhista a serviço das editoras, e pela lógica do favorecimento e do compadrio, que impediria uma análise imparcial das obras.

Dentre as falas dos intelectuais que vêm recentemente manifestando-se a respeito dessa crise, como Alberto Dines (2005), Wilson Martins (2005), Affonso Romano de Sant’Anna (2006), Alcir Pécora (2005), Paulo Franchetti (2005), Nelson de Oliveira (2005), dentre outros, destaco a posição desse último, por compreender que ele é um dos raros exemplos que fogem à nostalgia do resgate dos valores iluministas. Para Oliveira, se quiser ter o seu emprego de volta, a crítica precisa romper com parâmetros como objetividade e imparcialidade, próprios a uma leitura imanente e judicativa da obra, assumindo-se como um discurso que mantém pontos em comum com a escrita literária. O autor defende ainda uma crítica que não se abstenha da exposição do sujeito autor, nem do partido que ele toma no campo em que atua. Sob essa perspectiva, a crítica passa a ser exercida de forma criativa, deixando de ser “uma escrita *sobre* a obra,



participando do processo aberto de criação de sentido, sendo assim uma escrita *com as obras*” (OSÓRIO, 2005, p. 16).

Discorrendo sobre a crise do juízo, no campo da filosofia, Richard Shusterman talvez nos auxilie a compreender como se faz necessário promover, hoje, uma “política da escrita” (RANCIÈRE, 1995) capaz de romper com os valores modernistas que erigem a autonomia da arte como dogma. Afirma o crítico:

O próprio ideal filosófico de reflexão neutra pura revela uma tendência impura. Ele serve a um estreito e profissionalizado conservantismo que é ou feliz por reforçar o *status quo*, representando-o com clareza, ou é simplesmente tímido demais para arriscar sujar suas mãos na batalha desordenada através da formação da arte e da cultura. O fetichismo da neutralidade desinteressada obscurece o fato de que o objetivo último da filosofia [e aqui poderíamos considerar o mesmo para a literatura] é o de beneficiar a vida humana, mais do que servir a verdade pela verdade. Visto que a arte é um estimado recurso de florescimento humano, a filosofia deveria procurar aumentar a influência da arte ampliando o seu conceito. (SHUSTERMAN, 2003, p. 130)

Como se vê, são aqui ativadas as imagens que permeiam a noção de combate, em detrimento da concepção relacionada aos valores consensuais. E ampliando-se o campo da arte ao universo da produção imaterial, essa pode ser concebida como um trabalho vivo, como um fator gerador de vida social, constituindo-se como um instrumento de biopotência, que deve ser cada vez mais dirigido para garantir-se o espaço de produção e circulação do que é comum. Nesse sentido, a sociedade do controle, na medida em que depende do trabalho intelectual produzido agora em processos comunicativos indispensáveis para se criar novas redes de trocas intersubjetivas, paradoxalmente, gera um espaço que não tem como ser totalmente apropriado pelo capital. Pois, como afirma Michael Hardt e Antonio Negri, no livro *Multidão*,

O trabalho vivo pode ser encurralado pelo capital e reduzido à força de trabalho que é comprada e vendida e que produz bens e capital, mas o trabalho vivo sempre transcende isto. Nossas capacidades criativas e de inovação são sempre maiores que nosso trabalho produtivo – produtivo de capital, queremos dizer. A esta altura, podemos reconhecer que essa produção biopolítica é, por um

lado, *incomensurável*, pois não pode ser quantificada em unidades fixas de tempo, e, por outro lado, sempre *excessiva* no que diz respeito ao valor que o capital pode dela extrair, pois o capital não pode nunca capturar toda a vida. (HARDT, NEGRI, 2005, p. 195)

Conclui-se, dessa forma, que às estratégias de controle sempre se opõem forças capazes de promover certa desestabilização no sistema capitalista. E, se o espaço do jornal se fecha à intervenção da crítica, outros canais são criados para dar continuidade ao processo de comunicação e de formação de novas comunidades de sentido. Assim, a internet passa a se constituir como um meio que pode contribuir para desierarquizar os lugares de enunciação dos discursos da crítica, promovendo um diálogo mais horizontal entre sujeitos que não abrem mão de se posicionarem num campo que se mostra em franca expansão. Como já se afirmou em outro momento, também nesse terreno, “através das revistas eletrônicas, dos *blogs* e fóruns de discussão, novas subjetividades vêm sendo formadas, diferentes possibilidades interpretativas se tornam visíveis e os conflitos ideológicos encontram um lugar para serem encenados” (LIMA, 2006). Trata-se, portanto, de um processo de fuga incessante ao controle, que, felizmente, mostra-se sempre insuficiente para promover a completa dominação da vida.

No entanto, nota-se que a comunidade universitária da área de Letras (e, de modo mais específico, os críticos literários do universo acadêmico) ainda não vem explorando como seria desejável a potencialidade desse novo canal de comunicação. Se considerarmos, como já foi sugerido anteriormente, que nossa luta no terreno cultural, político e econômico deva ter como objetivo tornar comum o que é privilégio ou propriedade de poucos, resta-nos intensificar o processo de ocupação desse espaço virtual, que, inquestionavelmente, tem sido na contemporaneidade o principal *locus* de resistência aos poderes estabelecidos. Que essa tarefa seja assumida como um desafio por todos os que, seguindo Walter Benjamin, compreendem que o crítico deve se comportar como um “estrategista na batalha da literatura” (BENJAMIN, 1987, p.32).

## Referências

BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. Tradução de António Gonçalves. Lisboa: Edições 70, 1987. 318p.

BENJAMIN, Walter. A técnica do crítico em treze teses. In: *Rua de mão única*. Tradução de Rubens Rodrigues Torres Filho e José Carlos Martins Barbosa. São Paulo: Brasiliense, 1987, p.32-33. (Obras Escolhidas II)

COCCO, Giuseppe, GALVÃO, Alexander Patez, SILVA, Gerardo (Orgs.). *Capitalismo cognitivo*. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. 191p.

DELEUZE, Gilles. Para dar um fim ao juízo. In: *Crítica e clínica*. Tradução de Peter Pál Pelbart. São Paulo: Ed. 34, 1997. p. 143-153.

DELEUZE, Gilles. *Post-scriptum* sobre as sociedades de controle. In: *Conversações*. Tradução de Peter Pál Pelbart. São Paulo: Ed. 34, 1992. p. 219-226.

DINES, Alberto. Mais uma vitória d'O Globo. Acabou a era do rodapé cultural. Disponível em: <[www.observatoriodaimprensa.com.br](http://www.observatoriodaimprensa.com.br),> Edição n.341, de 09 de agosto de 2005. Acesso em 02 abr. 2007.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 7. ed. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979. 295p.

FRANCHETTI, Paulo. A demissão da crítica. Disponível em: <<http://www.germinaliteratura.com.br>.> Acesso em 01 março 2006.

GORZ, André. *O imaterial: Conhecimento, Valor e Capital*. Tradução de Celso Azzan Jr. São Paulo: Annablume, 2005. 107p.

HARDT, Michael, NEGRI, Antonio. *Império*. Tradução de Berilo Vargas. Rio de Janeiro: Record, 2001. 501p.

HARDT, Michael, NEGRI, Antonio. *Multidão*. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2005. 530p.

LAZZARATO, Maurizio. *As revoluções do capitalismo*. Tradução de Leonora Corsini. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. 268p.

LIMA, Rachel Esteves. *A crítica literária na universidade brasileira*. 1997. 323f. Tese (Doutorado em Estudos Literários / Literatura Comparada) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, 1997.

LIMA, Rachel Esteves. Observatório da crítica. ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 2, Salvador, 2005. *Anais...* Salvador, 2005. (CD ROM).

LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna*. 2. ed. Tradução de José Bragança de Miranda. Lisboa: Gradiva, 1989. 135p.

MARTINS, Wilson. *A crítica como ofício*. Entrevista concedida ao *Jornal do Brasil*, publicada em 17 de agosto de 2005. Disponível em: <[www.revista.agulha.nom.br/wilsonmartins091.html](http://www.revista.agulha.nom.br/wilsonmartins091.html).> Acesso em 02 abr. 2007.

OLIVEIRA, Nelson. Uma cajadada no cocoruto da crítica. Disponível em: <<http://converse.org.br>.> Acesso em 01 março 2006.

OSÓRIO, Luiz Camilo. *Razões da crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. 70p.

PÉCORA, Alcir. Momento crítico: meu meio século. Disponível em: <<http://www.germinaliteratura.com.br>.> Acesso em 01 março 2006.

RANCIÈRE, Jacques. *Políticas da escrita*. Tradução de Raquel Ramallete et al. São Paulo: Ed. 34, 1995. 256p.

SANT'ANNA, Affonso Romano de. Paradigmas do jornalismo cultural no Brasil. Artigo publicado na Revista *Veredas*, do Banco do Brasil. Disponível em: <<http://www.bb.com.br>.> Acesso em 02 abr. 2007.

SHUSTERMAN, Richard. Transformando a arte e a filosofia. In: ZIELINSKY, Mônica (Org.). Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003. p. 123-158.

VIRNO, Paolo. Virtuosismo y revolución: notas sobre el concepto de acción política. Publicado no n.4/1993 da revista *Luogo Comune*. Disponível em: <[www.iade.org.ar](http://www.iade.org.ar).> Acesso em 02 abr. 2007.